

REFLEXÃO COM BASE NA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA ACADÊMICA - DIFICULDADES E DESAFIOS VIVENCIADOS POR ESTUDANTES ¹

Yohana Tôres Monteiro²
Epitácio Macário Moura ³

RESUMO: O presente artigo reflete sobre algumas expressões da questão social a partir das dificuldades e desafios enfrentados pelos trabalhadores/estudantes que frequentaram a disciplina Economia Política no turno noturno do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no período 2016.2. As informações desta reflexão foram recolhidas durante o exercício da monitoria acadêmica em atividades como aulas, reunião de grupo de estudos, orientação de trabalhos e diálogos mantidos com os alunos da disciplina. Este trabalho também almeja uma reflexão sobre os atuais retrocessos que apreendem diretamente a Universidade e os alunos, especificamente, desde as ameaças de cortes de bolsas, a diminuição dos valores destas e inúmeros ataques conservadores que regridem todas as lutas conquistadas até hoje. E, além disso ressaltamos a importância da monitoria, sendo esta, um serviço de apoio pedagógico que visa oportunizar o desenvolvimento de habilidades técnicas e aprofundamento teórico, proporcionando o aperfeiçoamento acadêmico. A base teórica para análise constituiu-se de obras utilizadas nesta e noutras disciplinas já cursadas pelas monitoras.

PALAVRAS-CHAVE: Estudante, Monitoria, Questão Social.

INTRODUÇÃO

Economia Política é uma disciplina obrigatória ofertada pelo curso de Serviço Social da UECE no 2º semestre, sendo ministrada nos turnos vespertinos e noturno. Tomamos como objeto de reflexão a experiência vivenciada na monitoria acadêmica da referida disciplina ofertada no turno da noite e ministrada pelo Professor Doutor Epitácio Macário Moura, acompanhado das monitoras Yohana Tôres e Blenda Vasconcelos.

No decorrer da disciplina, foi-se percebendo certas dificuldades de parte dos alunos em acompanhar e compreender o conteúdo ensinado. Segundo dados da experiência, essas dificuldades vinham principalmente dos estudantes que estavam inseridos no mercado de trabalho, ou seja, de trabalhadores/estudantes. Além da dedicação ao emprego, eles alegavam também o fato de terem filhos e/ou terem de acompanhar algum membro da família em situação de vulnerabilidade. Em face de tais dificuldades, a pergunta que nos orientou foi como

¹ Esse artigo é fruto da experiência de monitoria da disciplina de Economia Política no Curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará.

² Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará. (UFC). Email: yohanatorres17@hotmail.com.

³ Professor no Curso de Serviço Social (UECE). Email: epitacio.macario@gmail.com

contribuir com o aprendizado destes alunos? Essa se tornou a questão e o desafio para o professor e para as monitoras.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva uma discussão sobre as expressões gritantes da questão social dos estudantes-trabalhadores e trabalhadores-estudantes universitários da disciplina de Economia Política, levantando as políticas de inclusão, as metodologias trazidas para sala de aula e a participação de monitores.

QUESTÃO SOCIAL E ENSINO SUPERIOR

A questão social e suas expressões encontram-se diretamente associadas ao capitalismo, tendo sua gênese no caráter coletivo da produção em contraposto à apropriação privada do trabalho, assim como de seus frutos e das condições necessárias para que ocorra sua realização. Nas palavras de Marilda Iamamoto (2010, p. 160)

A “questão social” expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais que as classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2010, p.160).

Podemos ver a questão social e suas expressões em todos os aspectos do nosso cotidiano. Um exemplo disso, está ao longo de toda a história da universidade, esta, que na sua maioria do tempo foi ocupada pela elite detentora do capital. Na qual, os mais ricos legitimavam a sua posição social, ganhando títulos acadêmicos, prêmios.

Logo, todo esse contexto demonstra a forte desigualdade de classes e da má distribuição do poder na sociedade, ou seja, “[...] enquanto 87,3% dos alunos de ensino médio frequentam escolas públicas, no ensino superior esse percentual é de apenas 27%. [...]” (NIEROTKA; TREVISOL, 2016, p. 23). Mostrando, de forma alarmante que os filhos dos mais pobres, em sua maioria das vezes, ao terminarem o ensino básico e se depararem com as dificuldades do ensino superior, acabam não prosseguindo. E fica evidente, que há fatores que impactam no acesso, permanência e conclusão dos estudantes de baixa renda no ensino superior.

Vale ressaltar que a democratização do acesso à educação do ensino superior para os estudantes de baixa renda, só foram efetivadas nos últimos anos, com o financiamento de políticas públicas, destacando,

O primeiro Projeto de Lei (PL nº 73/99) submetido ao Congresso Nacional propondo reserva de 50% das vagas das IES públicas para alunos provenientes de escolas públicas data de 1999. A matéria manteve-se em discussão ao longo de treze anos, até converter-se na Lei nº 12.711 (Lei das Cotas), sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, em 29 de agosto de 2012. (NIEROTKA; TREVISOL, p. 23, 2016)

A partir dos anos de 1990, começa-se a ter uma preocupação com a inclusão e equidade na luta contra a “exclusão universitária” a segmentos populacionais de baixa renda. Começa-se a ter uma pluralidade de discurso entre os intelectuais, movimentos, pesquisadores, militantes. Dessa forma, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) “[...] o vestibular classificatório, modelo até então quase único como forma de seleção, passa a ser flexibilizado. [...] políticas de ação afirmativa como isenção da taxa dos vestibulares, cotas, dentre outras medidas, transformam-se em objeto de discussão.” (ALMEIDA, 2012, P. 18)

Porém, há avanços e retrocessos nessas políticas públicas. Assim como outras, por exemplo, o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), que juntos a várias ações do Governo, proporcionaram um aumento de matrículas em torno de 76%, entre 2004 a 2013, passando de 4.163.733 para 7.305.977. (NIEROTKA; TREVISOL, 2016)

De acordo com Macário (2017), de 1995 a 2015, houve uma evolução das instituições públicas e privadas, na qual, respectivamente, de 210 instituições públicas em 1995 aumentou para 295, um percentual de 40%, já comparando o mesmo período com as instituições privadas, de 684 foi para 2.069, um aumento de 202%. E ainda mais, de 1991 a 2015, houve um aumento de matrículas nos cursos presenciais no Brasil, na qual de 605.736 matrículas nas públicas cresceu para 1.823.753, um crescimento de 201,08%; já nas particulares houve um aumento de 959.320 para 4.809.793, um crescimento de 401,38%. Logo, nos deparamos com a mercantilização de serviços na educação, na saúde, etc. Serviços estes que deveriam ser prioridade do Estado, já que somos um dos países que mais pagamos impostos no mundo.

Destacando que, houve uma absorção do ensino superior pelo setor privado, que se torna um ponto estrutural a partir dos anos 70 e é bastante incentivado na época do regime militar, mediante isenções. Logo, o setor público começa a perder hegemonia na oferta de vagas em nível de graduação para o setor mercantil nascente, como já dito. Descentralizado o dever do estado em garantir para a população um ensino superior para todos. Dessa forma, as vagas das universidades públicas continuaram escassas, e sendo bastante concorridas, mantendo um elitismo em sala de aula e marcando um tal de “mérito” daqueles poucos que conseguem. Pois sabemos bem que, no vestibular, no ENEM, confrontam-se as classes altas, médias e baixas; sendo uma desleal competição. E ainda há uma incompreensão em relação ao insucesso dos estudantes de baixa renda. (ALMEIDA, 2012).

Se a palavra de ordem da década passada foi expandir, a desta década precisa ser democratizar. E isto significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado – as

vagas continuarão ociosas; não basta aumentar as vagas no setor público – elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados. (RISTOFF, 2011, p. 162)

Assim, apesar de o ingresso na universidade se encontrar menos elitista e mais inclusivo, ainda há muito que se avançar. O processo de vestibular ainda possui defeitos e distorções, sendo uma espécie de “filtro”, em que Whitaker (1981) denominou de “seleção dos privilegiados” (ALMEIDA, 2012), na medida em que não existem oportunidades igualitárias a todas as classes sociais no que se refere ao acesso à educação.

Mesmo aqueles estudantes de classes populares que conseguem superar os desafios existentes no processo de vestibular, ainda se deparam com a dificuldade de permanência no ensino superior.

[...] observa-se que esse nível de ensino continua elitista e excludente. A expansão ocorrida na última década não foi capaz de democratizar efetivamente esse nível de ensino. É necessário, portanto, democratizar o acesso dos segmentos menos favorecidos da sociedade [...] O acesso e a permanência desses segmentos à educação superior implicam políticas públicas de inclusão social dos/ das estudantes trabalhadores/as, plano nacional de assistência estudantil para estudantes de baixa renda, a exemplo das bolsas-permanência e do apoio financeiro para o transporte, residência, saúde e acesso a livros e mídia em geral (BRASIL, p. 10, 2010).

Manter-se na universidade tem um custo, ainda que seja uma universidade pública, e diante da escassez de recursos da família, uma das principais estratégias adotadas pelos estudantes pobres para viabilizar o financiamento dos estudos é o trabalho, bicos, renda extra, etc (PEREIRA; PASSOS, 2007).

Considerando que tanto o aspecto do trabalho quanto da educação são importantes e necessários, os estudantes procuram conciliar a rotina de trabalho com assistir as aulas, entregar trabalhos e fazer provas. “O grande desafio que é estudar e ao mesmo tempo trabalhar, esses estudantes recorrem aos finais de semana, e muitas vezes às horas da madrugada para se adaptar à vida acadêmica, e não se prejudicarem ao longo dessa dupla jornada.” (ABRANTES, 2012). Dessa forma, toda essa trajetória se torna muito cansativa, estressante, desgastante para qualquer pessoa, que se vê diante de uma vida sem tempo, focada só em deveres e obrigações. Pois estes, em sua maioria, trabalham uma carga horária de 40 horas, o horário comercial, restando ao aluno o turno da noite como opção para estudo.

Dentro da universidade, na tentativa de superar tais expressões e manter uma permanência na instituição, surge um número cada vez maior de estudantes-trabalhadores, que é uma realidade hoje em dia, em qualquer instituição.

No que se refere aos estudos, a aprendizagem e a universidade também representam um significado distinto, onde os estudantes enxergam nesses elementos uma oportunidade de melhoria de vida e ascensão social.

A lei n.º 99/2003, de 27 de agosto, disposta nos artigos 81.º e 84.º do Código do Trabalho, assim como a regulamentação prevista no artigo 85, confere ao trabalhador-estudante um estatuto, com direitos referentes a férias e faltas ao trabalho em dias de prova. O estatuto considera “trabalhador-estudante aquele que presta uma atividade sob autoridade e direção de outrem e que frequenta qualquer nível de educação escolar, incluindo cursos de pós-graduação, em instituição de ensino.” (IGT, 2005, p. 3)

O Inep/MEC (2006) traz a Percentagem de Matrículas em Cursos de Graduação segundo Turno, na qual “O Brasil, em 1991, apresentava 45% das matrículas no período diurno e 55% no noturno; em 2005 esses percentuais registram diminuição no período diurno, que registra 40% de matrículas e crescimento no noturno com 60% do total.” (BITTAR; ALMEIDA; VELOSO, 2009, p. 289.). Logo, tais dados manifestam a concentração de estudantes-trabalhadores, pois estes optam pelo período noturno para assim poderem trabalhar.

Sabe-se que “o fator socioeconômico é o que determina mais fortemente o desempenho escolar dos estudantes” (BRASIL.INEP, 1999, p. 23). E por este motivo, os últimos governos vêm investindo em bolsas de estudo, auxílio transporte, alimentação, etc. A Universidade Estadual do Ceará, dispõe de bolsas de estudos, como monitoria, iniciação científica, iniciação artística, bolsas de extensão, bolsa de permanência, entre outros; mas não dispõe desses auxílios como transporte, alimentação, moradia; tornando-se um desafio, muitas vezes, para os alunos de outros municípios e esses estudantes trabalhadores, que em sua grande parte, provem o lar ou sua permanência universitária.

No semestre 2016.2, a graduação da Universidade Estadual do Ceará contou com 16.975 alunos matriculados, tanto nos campus do interior quanto no da capital. O quantitativo de distribuição de bolsas financiadas pelo Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP), destinadas a estudantes considerados de baixa renda com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, compreende a 8.630. Aproximadamente 900 dessas bolsas pertencem ao Programa de Bolsas de Estudos e Permanência Universitária da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PRAE). (FUNECE, 2016).

Porém, nesses últimos meses, a Universidade Estadual do Ceará, sofreu inúmeros ataques e retrocessos, que atingem diretamente os estudantes, em sua permanência universitária, estes que em sua maior parte, tiveram uma redução nos valores das bolsas que era de R\$ 400 mais auxílio transporte, passou para R\$ 300,00, um corte de R\$ 150,00 que faz muita diferença no bolso de cada aluno que precisa para os gastos diários com transporte, xerox, lanche, enfim. Além das ameaças diárias de corte das bolsas.

Sabemos que esse contexto não é só um problema local, mas sim nacional. E, infelizmente, somando a isso passamos por um momento de desmobilização dos Movimentos Estudantis (ME), logo não estamos tendo uma contrapartida dentro da Universidade, com tantos absurdos e retrocessos.

Os dados de 2010 do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRECE) confirmam que mais da metade (52,5%) dos estudantes do noturno são das classes C, D e E, enquanto as classes A e B predominam no matutino (57,9%) e também no integral (65,3%) (ANDIFES-FONAPRACE, 2011).

DESAFIOS E DIFICULDADES DOS ALUNOS DA DISCIPLINA DE ECONOMIA POLÍTICA

A lei Federal nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixou normas de funcionamento do ensino superior e instituiu em seu artigo 41 a monitoria acadêmica. Este artigo ainda traz que as universidades precisarão criar as funções de monitor para alunos do curso de graduação que irão se submeterem a provas específicas, nas quais devem demonstrar capacidade de desenvolvimento em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina. Em seu parágrafo único, o referido artigo dispõe que, o exercício da atividade de monitoria, além de ser de caráter remunerado, deverá ser considerado em seu currículo acadêmico. (LINS; FERREIRA; FERRAZ; CARVALHO, 2009)

A monitoria é uma modalidade de ensino e aprendizagem que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação. Ela é entendida como instrumento para a melhoria do ensino de graduação, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, e tem a finalidade de promover a cooperação mútua entre discente e docente e a vivência com o professor e como as suas atividades técnico-didáticas. (LINS; FERREIRA; FERRAZ; CARVALHO, p.1, 2009)

Refletindo sobre isso, é possível notar que as turmas que possuem monitores, tem um diálogo melhor com os professores, pois os monitores acabam se tornando uma ponte entres estes, contribuindo diretamente para o aprendizado da turma, para o auxílio do professor em sala de aula e bastante importante para o monitor também em sua formação acadêmica, como um futuro docente.

Na disciplina de Economia Política do curso de Serviço Social, estudamos autores como Ellen Wood, José Paulo Netto, Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. São autores que tratam do modo capitalista, falando desde o processo de seu surgimento até os dias atuais.

Nessa disciplina recebemos o embasamento para compreender como o sistema capitalismo afeta as relações humanas, seja econômica, política ou social, vendo conceitos como mais-valia, trabalho como categoria fundante do ser social, e conseqüentemente, a questão social e suas expressões, assim como as formas de resistência a esse sistema.

Tudo o que estudamos em sala pode ser exemplificado ao olharmos ao nosso redor, e os estudantes-trabalhadores e trabalhadores-estudantes são claramente um exemplo desse estudo. Estes que trazem em seus relatos a dificuldade no aprendizado devido ao cansaço, aos problemas familiares, a falta de tempo, a exploração no trabalho, entre tantos outros fatores.

E diante desse cotidiano, desses desafios. Foi montado na disciplina em conjunto com o professor e as monitoras nas reuniões mensais: grupos de estudos, aulas extras e trabalhos sobre o material estudado, para se ter uma maior absorção. Os alunos eram avaliados não só pelas notas, mas também pelo seu desempenho em sala, sua participação. Entendo estes, essencialmente como pessoas, que precisam, primeiramente, aprender e não apenas produzir no meio acadêmico para se obter nota. Então os prazos de entrega eram definidos, mas sofria alterações junto a decisão da turma, para melhor poder ajuda-los, mas respeitando o calendário acadêmico, a ementa que se devia seguir, etc.

Apesar dessas metodologias, ainda havia alguns alunos que não conseguia acompanhar o ritmo da disciplina e ao se analisar, ao se aproximar; foi-se ouvindo os relatos que são ignorados no dia-a-dia, como dizia Marta: “[...] eu não tenho tempo de estudar, trabalho o dia todo.” “[...] ou como dizia Claudia “[...] eu não tenho como participar do grupo de estudo, porque trabalho.”. Queixas trazidos pela turma, que nos incentivava e nos incentiva a entender melhor esta realidade e a buscar cada vez mais formas de ajuda-los a aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível observar a fragilidade da educação superior no Brasil, em todas as dimensões, ao negligenciar a difícil situação da maioria dos estudantes da educação superior quanto à conciliação das atividades laborais e educacionais. Fora a questão dos retrocessos nas políticas públicas já existentes que estão atingindo a todos os universitários entre cortes de bolsas, da demora do avanço de vagas em instituições públicas, entre outros.

Voltemos a atenção para políticas que procurem enfrentar o problema de frente, viabilizando de fato ao trabalhador-estudante e ao estudante-trabalhador a conciliação entre estudo e trabalho. A ausência de políticas e legislação específica sobre a situação destes

estudantes não pode mais ser ignorada. Pois esta realidade existe e está presente em cada sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: posições em disputa.** Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/72/56>. Acesso em: 16/08/2017.

ANDIFES-FONAPRACE. **Perfl socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais Brasileiras.** 2011. Disponível em: http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75:perfl-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais-brasileiras&catid=35:nacional&-Itemid=58>. Acesso em: 21/07/2017.

BITTAR; ALMEIDA; VELOSO. Mariluce; Carina Elisabeth Maciel; Tereza Christina Mertens Aguiar. **Políticas de educação superior: ensino noturno como estratégia de acesso para o estudante-trabalhador** Revista Educação em Questão, Natal, v. 33, n. 19, p. 279-304, set./dez. 2008.

BRASIL. INEP. **O perfil do aluno brasileiro: um estudo a partir dos dados do SAEB 97 / INEP.** Brasília: O Instituto, 1999. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FaPa1Oy8kQ65voJ4T345.pdf>. Acesso em: 10/08/2017.

BRASIL.MEC.CONAE. **Documento final,** 2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_Fnal_sl.pdf>. Acesso em: 19/08/2017.

FUNECE. **UECE em Números.** Disponível em: <http://www.uece.br/uece/dmdocuments/UECE%20em%20Numeros%202016.pdf>>

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais**85 / Brazil of inequalities: “social question”, work and social relations. SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social.** 4 ed – São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em:

<<http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/ed3d2c21991e3bef5e069713af9fa6ca.pdf><http://www.ipv.pt/secretaria/992003.pdf>>. Acesso em: 10/08/2017.

IGT, Inspeção geral do trabalho. **ESTATUTO DO TRABALHADOR-ESTUDANTE**. 2005. Disponível em: <http://www.fmh.ulisboa.pt/pt/doc/alunos/regimes-especiais/938-decreto-lei-no-5596-dirigente-associativo/file>. Acesso em: 19/08/2017.

INEP/MEC. **Sinopses estatísticas da Educação Superior**: graduação-1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006. Brasília: MEC, 2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>. Acesso em: 21/07/2017.

LINS; FERREIRA; FERRAZ; CARVALHO. Leandro Fragoço; Lucia Maia Cavalcanti; Lucíola Vilarim e Sabrina Suellen Guerra. **A importância da monitoria na formação acadêmica do monitor**. Pernambuco, 2009. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/jepeX2009/cd/resumos/R0147-1.pdf>. Acesso em: 19/07/2017.

MACARIO, E. **Neodesenvolvimentismo e ensino superior**. Relatório de Pesquisa. Uece: agosto de 2017. (digitado)

NIEROTKA; TREVISOL. Rosileia Lucia; Joviles Vítório. **Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência**. R. Katál., Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan./jun. 2016.

RISTOFF, Dilvo. **A expansão da educação superior brasileira: tendências e desafios**. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto; PAULA, Maria de Fátima Costa de (Orgs.). *La democratización de la educación superior en América Latina. Límites y posibilidades*. Saenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011. p. 151-166.